

PR timorense volta a pedir fiscalização constitucional de fundo de veteranos

O Presidente timorense disse hoje que pediu a fiscalização preventiva da constitucionalidade do Fundo dos Combatentes de Libertação Nacional (FCLN), explicando que não pretende travar a proposta de orçamento de Estado para 2023.

Dili, 6 Dez 2022 (Lusa) -- "Há uns meses foi pedida a fiscalização da constitucionalidade do FCLN relativamente ao orçamento rectificativo, primeiro pelo Congresso Nacional da Reconstrução Timorense (CNRT) [na oposição] e depois por mim próprio", recordou José Ramos-Horta em declarações à Lusa.

"Ainda não tivemos resposta do Tribunal do Recurso mas, de forma consistente, decidi pedir a fiscalização preventiva da constitucionalidade do FCLN, que volta a estar contido na proposta do OGE [Orçamento Geral do Estado para 2023] para o próximo ano", explicou.

Ramos-Horta, que partiu hoje para uma visita de Estado a Singapura, disse à Lusa que, mesmo que o FCLN seja declarado inconstitucional, "isso não afeta o OGE", vincando que não quer vetar a proposta.

"Não serei eu a negar ao Governo neste período tão crucial, antes das eleições, o orçamento que necessita a partir de 01 de janeiro", disse o Presidente de Timor-Leste.

"Conseguimos gerir a situação com acalmia desde maio de 2022, quando tomei posse. Não é agora que vou criar uma situação. Vai haver orçamento; o governo vai ter muito pouco tempo para executar o novo orçamento de 2023", disse, referindo-se à baixa taxa de execução do OGE de 2022, que ronda atualmente os 47%.

O chefe de Estado disse à Lusa que espera promulgar o OGE de 2023 "ainda antes do Natal"

Em agosto, José Ramos-Horta enviou para o Tribunal de Recurso um pedido de fiscalização abstrata da constitucionalidade do novo fundo dos veteranos, criado no âmbito do OGE rectificativo para 2022.

Esse pedido, apresentado já depois da promulgação do OGE rectificativo pelo seu antecessor, Francisco Guterres Lú-Olo, aborda apenas o FCLN.

"Pretendo deixar claro que não solicitei neste pedido que efetuei a revisão da constitucionalidade de outras partes do Orçamento Retificativo", explicou Ramos-Horta na altura.

"Nele existem medidas orçamentais importantes que se destinam a ajudar as populações mais necessitadas devido à situação económica atual. No entanto, não estou convencido de que o Fundo dos Veteranos sirva esse mesmo propósito", vincou.

Nesse pedido pede-se que seja avaliada a constitucionalidade relativamente a cinco artigos da constituição relacionados com os objetivos do Estado, valorização da resistência, universalidade e igualdade, ambiente e desenvolvimento sustentável e recursos naturais.

"As dúvidas e apreensões suscitadas quanto aos estudos e fundamentos que justificam as opções adotadas não encontram esclarecimento suficiente nem no diploma legal nem no procedimento legislativo que lhe deu origem", referiu na altura Ramos-Horta.

"Preocupa-me particularmente que a criação do Fundo dos Veteranos ofenda o princípio da igualdade perante a lei, a distribuição justa do produto nacional e o uso justo e equitativo dos recursos naturais e o dever e obrigação do Estado de garantir e salvaguardar o desenvolvimento da economia e dos princípios do benefício mútuo e da solidariedade intergeracional", sublinhou.

Ramos-Horta, ele próprio um veterano da luta contra a ocupação indonésia -- que durou entre 1975 e 1999 --, reconheceu o trabalho dos combatentes pela independência, mas apontou fatores que "causam preocupação e que estão relacionados com a preservação do benefício mútuo e da solidariedade intergeracional".

Timorese President asks for preventive review of the constitutionality of the veterans' fund

Dili, 06 Dec 2022 (Lusa) - The Timorese President said today that he asked for a preventive review of the constitutionality of the National Liberation Fighters Fund (FCLN), explaining that he does not intend to stop the draft state budget for 2023.

"A few months ago we requested the review of constitutionality of the FCLN regarding the rectifying budget, first by the National Congress for Timorese Reconstruction (CNRT) [in opposition] and then by myself," recalled José Ramos-Horta, speaking to Lusa.

"We still haven't had an answer from the Court of Appeal but, consistently, I decided to ask for the preventive review of the constitutionality of the FCLN, which is again contained in the proposal of the OGE [General State Budget for 2023] for next year," he explained.

Ramos-Horta, who left today for a state visit to Singapore, told Lusa that even if the FCLN is declared unconstitutional, "this does not affect the OGE," emphasizing that he does not want to veto the proposal.

"I will not be the one to deny the Government in this very crucial period, before the elections, the budget it needs from January 1," said the President of Timor-Leste.

"We have managed the situation calmly since May 2022, when I took office. I'm not going to create a situation now. There will be a budget; the government will have very little time to execute the new 2023 budget," he said, referring to the low execution rate of the 2022 OGE, which is currently around 47%.

The head of state told Lusa that he hopes to promulgate the 2023 OGE "even before Christmas".

In August, José Ramos-Horta sent to the Court of Appeals a request for abstract review of the constitutionality of the new veterans' fund, created under the rectifying OGE for 2022.

This request, submitted after the enactment of the rectifying OGE by his predecessor, Francisco Guterres Lú-Olo, deals only with the FCLN.

"I want to make it clear that I did not ask in this request to review the constitutionality of other parts of the Rectifying Budget," Ramos-Horta explained at the time.

"In it there are important budgetary measures that are intended to help the populations most in need due to the current economic situation. However, I am not convinced that the Veterans Fund serves the same purpose," he said.

The request asks for an evaluation of the constitutionality of five articles of the constitution related to the objectives of the state, valorization of resistance, universality and equality, environment and sustainable development, and natural resources.

"The doubts and apprehensions raised regarding the studies and grounds that justify the options adopted do not find sufficient clarification either in the legal diploma or in the legislative procedure that gave rise to it," Ramos-Horta said at the time.

"I am particularly concerned that the creation of the Veterans Fund offends the principle of equality before the law, the fair distribution of the national product and the fair and equitable use of natural resources and the duty and obligation of the state to guarantee and safeguard the development of the economy and the principles of mutual benefit and intergenerational solidarity," he stressed.

Ramos-Horta, himself a veteran of the struggle against the Indonesian occupation - which lasted from 1975 to 1999 - recognized the work of the independence fighters, but pointed out factors that "cause concern and are related to the preservation of mutual benefit and intergenerational solidarity.

PR Horta husu TR halo fiskalizaun preventiva ba fundu veteranu

DILI, 06 dezembru 2022 (TATOLI)—Prezidente Repúblika (PR), José Ramos Horta, hato'o pedidu ba Tribunál Rekursu (TR) hodi hala'o fiskalizaun preventiva ba fundu veteranu biliaun \$1 iha proposta lei Orsamentu Jerál Estadu (OJE) 2023.

"Ne'e só halo de'it fiskalizaun preventiva kona-ba fundu veteranu nian tanba ha'u iha dúvida parte konstitusionál únika instituisaun bele rezolve dúvida sira-ne'e mak Tribunál Rekursu," Xefe Estadu hateten ba jornalista sira iha Palásiu Prezidensiál, Bairru Pite, tersa ne'e.

Horta hateten, mezmu Tribunál Rekursu karik hetan inkonstituisionalidade la afeta OJE 2023 ne'e ketak.

"Purtantu lalika preokupa, Governu sira preokupa ho Orsamentu Jerál Estadu (OJE) 2023 maibé tanba jurísta balun la'ós agora de'it dezde tinan kotuk hanesan dezáfíu ida kestiona konstituisionalidade fundu veteranu nian," nia hateten.

Nune'e, hanesan Xefe Estadu tenke haruka lai ba órgaun judisiáriu hanesan TR, nune'e TR sei fó klarifikasaun ba ida-ne'e iha tempu badak.

Mezmu nune'e, sei la afeta tempu ne'e ba promulgasaun OJE tinan oin ne'ebé sei akontese antes tinan 2022 nia rona ne'e.

Antes ne'e, iha diskusaun OJE iha especialidade, Parlamentu Nasionál (PN) aprova proposta Orsamentu Jerál Estadu (OJE) 2023 ho montante biliaun \$1 ba iha Fundu Kombatente Libertasaun Nasionál (FKLN) iha especialidade ho votu a-favór 53, kontra 0 no abstenasaun sia (9).

"Nune'e, Fundu Kombatente Libertasaun Nasionál pasa," Prezidente PN, Aniceto Longuinhos Guterres Lopes, hateten iha debate proposta OJE 2023 faze especialidade iha PN.

Iha livru orsamentu FKLN, iha programa kapitalizasaun no investimentu fundu kombatente libertasaun nasional.

Antes ne'e, iha loron 26 abril 2022, Governu liuhosi reuniaun Konsellu Ministru (KM) extraordinária aprova alterasaun daruak kriasaun fundu kombatente libertasaun nasional. Enkuantu, kriasaun fundu kombatente libertasaun nasional hodi garante finansiametu adekua ba programa apoiu ba kombatente libertasaun nasional.

"Ho proposta lei ida-ne'e mak sei prosede mós kriasaun Fundu Kombatente Libertasaun Nasionál ho valór millaun \$1.000 (bilian \$1), hodi garante finansiametu adekua ba programa apoiu ba Kombatente Libertasaun Nasionál mak hanesan iha área apoiu sosial, edukasaun, saúde, empregu, asesu ba kréditu no atividade sira-ne'ebé hamosu rendimentu," Ministru Prezidénsia Konsellu Ministru, Fidelis Manuel Leite Mangahães hateten hafoin reuniaun ezekutivu iha Palásiu Governu. To'o janeiru 2022, fundu kontributivu veteranu akumulada ona millaun \$20-resin iha konta fundu veteranu nian ho benefisiáriu hamutuk 27.828.

Investimentu fundu hahú hosi janeiru 2020 to'o agora, ne'ebé kada fulan Ministériu Asuntu Kombatente Libertasaun Nasionál hanesan ministériu implementadór programa, ko'a osan \$30 hosi kada veteranu ho total veteranu ne'ebé sai benefisiáriu hamutuk 27.000-resin, hodi depozita ba Banku Nasionál Komérsiu Timor-Leste (BNCTL, sigla portugés).

Polítika Governu mak atu garante sustentabilidade ba veteranu sira-ne'ebé atu transforma ba investimentu ida hodi husik ba veteranu sira-nia oan iha futuro.

Antes implementa polítika ne'e, Sekretariadu Estadu Asuntu Kombatente no Libertasaun Nasionál (SEAKLN) halo ona sensibilizasaun ba veteranu benefisiáriu iha munisípiu hotu hodi hetan aseitasaun.

Nune'e mós, liuhosi kongresu konsellu nasional kombatente libertasaun nasional dahuluk aprova deliberasaun número 01, iha loron 21 dezembru 2019, hodi fó kbiit ba SEAKLN hodi hahú implementa polítika kriasaun fundu investimentu ba veteranu.